

Educação quer atender demanda com qualidade

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou ontem que as filas para matrículas nas escolas públicas de 2º grau vão continuar "enquanto existirem escolas públicas boas e ruins", já que umas serão mais procuradas do que outras. O governo, segundo o ministro, não conseguiu acompanhar o crescimento do número de matrículas nos últimos quatro anos – em torno de 40% – garantindo qualidade do ensino em todas as escolas. "Nosso grande desafio nos próximos anos será atender a demanda com qualidade", afirmou o ministro, que se reuniu com todos os secretários de Educação do país para mostrar o que o MEC está fazendo para aprimorar o 1º e 2º graus.

Para o ministro, uma das prioridades para corrigir a desigualdade no ensino de 2º grau será a formação de professores. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), nas regiões Sul e Sudeste 1% dos professores tem somente o ensino fundamental; esse índice é de 16% nas regiões Norte e Nordeste. Paulo

Renato adiantou que o MEC vai ajudar os estados na implantação de cursos superiores para professores do ensino fundamental à distância e também desenvolverá um programa do próprio MEC.

A presença de novos secretários da Educação no Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), como Murilo Hingel, de Minas Gerais, admitiu o ministro, deverá aumentar o debate com o MEC. Embora Hingel tenha abolido das escolas públicas mineiras o sistema de ciclos recomendado pelo MEC, voltando ao sistema de séries, Paulo Renato, disse que não acredita que exista "uma discrepância muito grande", entre as posições do secretário e do ministério. Segundo ele, o MEC deu liberdade aos estados para adotarem o novo sistema. "Estamos dando continuidade ao que Murilo Hingel começou, como o Plano Decenal de Educação", afirmou o ministro, acrescentando que o governo Fernando Henrique "não fez os CAICS" aprovados quando Itamar Franco era presidente da República, mas adotou outras orientações do Plano Decenal. Além de Hingel, o ex-ministro da Educação,

Heraldo Tinoco que responde pela secretaria de Educação da Bahia, também faz parte o Consed. "A presença no Consed de autoridades na área de Educação mostra que a sociedade está cobrando mais do governo", afirmou o ministro.

Recursos – O ministro anunciou que a reforma do ensino médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) deverá contar com R\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os mesmo valores como contrapartida dos estados. Sobre a mudança no ensino técnico, o ministro admitiu ser ainda "incipiente", mas adiantou que também serão aplicados recursos do BID para a expansão dessas escolas. Os programas com o BID têm prazos de até cinco anos.

Sobre a ampliação do ensino fundamental (1ª a 8ª séries) para nove anos, Paulo Renato disse que embora o Conselho Nacional de Educação (CNE) já tenha aprovado a mudança, será preciso estudar a correspondência de séries, para evitar problemas de transferências de alunos. A ampliação está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).